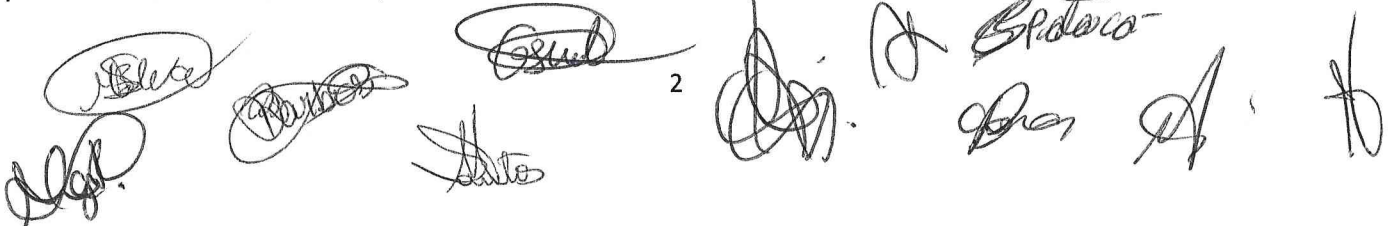


CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CDDM
ATA Nº06 DA 06ª. SESSÃO ORDINÁRIA

Ao oitavo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e trinta minutos, do ano corrente, no auditório ONU da SETUR, situado na Avenida Tancredo Neves - Caminho das Árvores, foi realizada a sexta Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, que contou com a presença da Chefe de Gabinete da Secretária de Políticas para as Mulheres – SPM; **Aldenira da Conceição Soares de Sena (Aldinha)**, **Luciana Mota** Assessora de Planejamento e Gestão da SPM, a Assessora Técnica da SPM, **Valéria Peruna**; a Vice-presidente do CDDM, **Samêhy Pataxó** representando a Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia – AMIESB; A Conselheira **Sueli Guedes Félix dos Santos**, representando a Associação Cultural Ambientalista dos Índios Tupinambá de Oliveira – Ação Tupinambá; A Conselheira **Maria Otilia Soares**, representando a União de Mulheres de Vitória da Conquista – U MVC; A Conselheira **Maria Nilza da Conceição Santos** representando a Cooperativa de Rede Produtoras da Bahia – COOPEREDE; A Conselheira **Maria Rute Lima Silva**, representando a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia – FATRES; A Conselheira **Anabel Barbosa de Brito**, representando a Associação Ciranda das Mulheres – ASCIM; A Conselheira **Maria das Graças Rodrigues da Silva** representando a Federação das Associações de Bairros de Salvador – FABS; A Conselheira **Queila Patrícia Silva**, representando a União de Negros e Negras pela Igualdade – UNEGRO; A Conselheira **Roseli de Oliveira Barbosa**, representando a Associação Tamo Juntas; A Conselheira **Taiane Oliveira Lima**, representando a União de Juventude Socialista – UJS; A Conselheira **Gildeane dos Santos Mota**, representando a Associação de Mulheres Pintadenses – AMP; A Conselheira **Jéssica Lima Oliveira** representando a União Brasileira de Mulheres - UBM; A Conselheira **Nancy Alves de Andrade**, representando a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe – FEEB; A Conselheira **Milena Passos Almeida Silva**, representando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais – SEPRMI ; A Conselheira **Renata Luciana Cruz Sena**, representando a Secretaria da Segurança Pública – SSP; A Conselheira **Natália de Oliveira Gonçalves** representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE; Iniciando a reunião **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM) leu as pautas previstas para a reunião e começou pela aprovação da ATA 05 da 05ª Sessão Ordinária, que se deu como unanime e sem objeções. Em seguida informou a todas a sua saída do Cargo de Chefia de Gabinete da SPM, como havia comentado na última reunião, então se despediu com muita gratidão pelo tempo trabalhado junto a todo o Conselho, que foi um grande aprendizado pensar nas políticas públicas de forma coletiva com a Sociedade Civil e que a partir da seguinte semana, assume a Chefia de Gabinete da SPM uma companheira que adveio deste Conselho que é a **Cleidenea Bastos** de Pintadas, frisou é de conhecimento de todas o cuidado e carinho que ela tem, coordenou a comissão eleitoral, uma mulher que é da construção coletiva é de grande felicidade essa mudança e a possibilidade trazer de volta a casa essa companheira. Antecedendo o passe de fala para a Assessora Luciana Mota, a Conselheira **Nancy Alves de Andrade** (FEEB)

[Handwritten signatures and initials]

questionou se na ausência da Presidenta do CDDM, se não é a Vice-presidente que assume a direção da reunião e que ela ainda não teve direito a fala. **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM) disse que geralmente a condução pode ser dupla, mas passa a fala diretamente para a Vice-presidente. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): explicou que está com a voz rouca e agradeceu a Nancy, que realmente puxou um ponto que ela mesma iria questionar, comentou que havia decidido não participar da reunião, porém veio mesmo cansada diretamente do Acampamento Indígena, onde haveria de conduzir as mulheres até a comunidade e pediu para que um homem fizesse isso para estar nesta reunião. Iniciando um desabafo começou se apresentando, e contando que foi eleita Vice-presidente do CDDM e que desde quando assumiu este cargo se sente excluída e subestimada por ser mulher indígena, que não pode ser capaz de assumir e ter um lugar de fala, disse que as reuniões para ser decidido os pontos de pauta da reunião não participa e nenhum momento sentou com a mesa diretora para discutir, apresentar ou debater algo enquanto Vice-presidente, e não estar brigando por algo que não é só para dizer que tem uma mulher indígena como Vice-presidente do Conselho, está presente para fazer o trabalho construir, trazer e levar políticas públicas para as mulheres. E que não é de agora que está lutando, como mulher indígena, mãe de três filhos, representante da associação de mulheres indígenas do extremo sul da Bahia, que precisa ficar que de alguma forma sente que seus direitos estão sendo violados, independentemente de qualquer coisa é preciso ser comunicada, pois acontecem muitas reuniões na Secretaria que o Conselho pode ter parte também e não está sendo comunicado e que recentemente uma professora entrou em contato encaminhando um e-mail, então a Secretária Executiva do Conselho falou que a professora queria uma entrevista especificamente com a Vice, e que se não fosse com ela talvez nem ficaria sabendo sobre essa entrevista ou e-mail, então são coisas como esta que originam inquietações, sentindo uma falta de respeito, e se está aqui enquanto mulher todas tem que fazer defesa uma da outra, é um desabafo particular. Contudo se fosse com outra pessoa teríamos que nos policiar e observar como um todo. Continuou sua fala contando que quando é direcionado algo a ela como Vice-presidente, na fala de algum assunto, parece ser com ironia, pode estar errada e espera que esteja, mas sente isso, traz esse assunto e retoma que ainda não conhece muitas do Conselho especificamente, que também não teve oportunidade de sentar para debater assuntos do Conselho com a Secretária Neusa, e que o limite foi esgotado, poderia ter falado antes sim, contudo a sempre um momento certo para poder falar sem precisar magoar ninguém, e que não tem como direcionar as coisas sem conhecimento como as pautas previstas para a reunião, concluindo sua fala indagando como serão as coisas em diante. **Nancy Alves** (FEEB): falou porque não começar a resolver as coisas no mesmo instante, e que a Vice pode sim deliberar todas as questões já na ausência da Presidenta, e que acredita que é assim que funciona, mesmo sendo sua primeira gestão e estando um pouco perdida, encerrou falando também da importância de levar a sua entidade a produtividade do Conselho. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): comentou sobre um texto colocado no grupo que a fez se sentir culpada pelo não andamento do Conselho, culpada de ser Vice-presidente e a Secretária Neusa como Presidenta não estar participando e assim as coisas não estão encaminhando, então como posto em outras reuniões, tem um bebê de oito meses, faz viagem de no mínimo 12 horas, se todo mês tem reunião do Conselho com data marcada porque não comprar passagem antecipada, mas que foi explicado pela Secretária Executiva que, se a pessoa não puder vir, perde a passagem e é compreensível



2

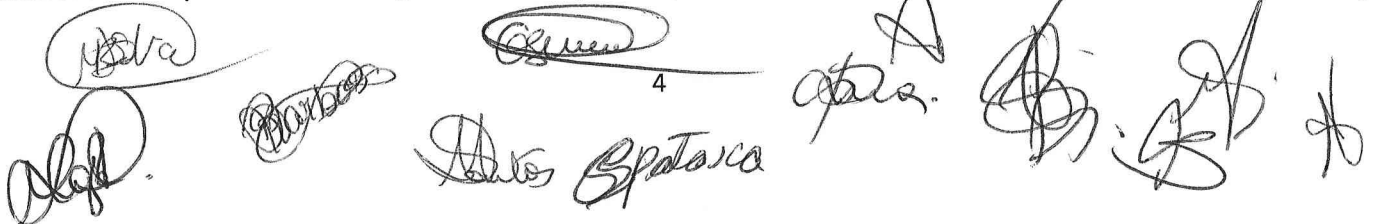
isso, mas como Vice-presidente faz o possível para estar presente. Sem poder estar presente nos dias 01 e 08 previstos para a reunião, observou uma enquete colocada no grupo do Conselho para ser decidido o dia e que venceu a maioria e tudo bem, mas tem que pensar como deliberar essas questões para não prejudicar ninguém, e citou sua experiência própria da dificuldade de sair de casa com filho e chegar até o local de reunião, realmente pedindo compreensão de quem é responsável as compras das passagens, fala também que há pontos de pauta que não se consegue discutir em apenas um dia, as vezes sim a comunicação falha ou chega em cima da hora e que deveria ter uma pessoa responsável especifica para essa logística das passagens e diárias do Conselho, sob seu ponto de vista é necessário arrumar essas questões decidir juntas. Em seguida, **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM) comentou que a fala da Vice-presidente Samêhy é muito bem-vinda, acolhida, e que gostaria de sinalizar algumas questões, primeiro se dirige a Vice Samêhy e disse que desconhece de onde vem essa discriminação que ela comentou e que se solidariza com ela, em relação à condução dos trabalhos do Conselho sempre existiu uma lógica que quando a Secretária da SPM enquanto Presidenta do Conselho não está, ela nomeia a Chefia de Gabinete para conduzir junto com o Conselho e as pautas das reunião não são feitas em particular, são discutidas na reunião anterior e a pauta prevista para esta presente reunião foi pensada a dois meses, definidas no final da reunião e não foram pensadas por alguém alheio não, que enquanto Vice-presidenta do Conselho o qual valida sua participação e pode conduzir tranquilamente, deixou claro novamente que as pautas foram discutidas no final da reunião anterior. E a enquete do grupo citada, houve porque na data estabelecida a desistência estava grande, se a maioria diz não pode participar em uma data estabelecida é preciso decidir outra data, a qual escolhida majoritariamente pela enquete, então entre a SPM e o CDDM só tem convergência, pode ser até observado na última ata como foi feito sobre as pautas escolhidas, e então pediu para a Vice Samêhy conduzir a reunião e fazer os encaminhamentos atentando-se ao horário corrido, visto as responsabilidades externas das técnicas da SPM que estavam presentes, frisou também que deixa como encaminhamento a decisão de marcar uma reunião entre ela e a nova Chefe de Gabinete juntamente a Secretária Neusa Cadore, para alinhar os objetivos. **Valéria Peruna** (SPM) pediu permissão para falar e começou justificando a publicação do texto no grupo do Conselho, chamando atenção porque, justamente ao observar o esforço da Vice-presidenta de tentar encontrar uma data oportuna e estava ocorrendo divergências, e a Vice frisava que precisava definir uma data e no sentido de apoiar colocou no texto algumas das responsabilidades do Conselho ainda por fazer no ano e conseguir minimamente ter o próximo ano organizado, então a ideia do texto foi reforçar a questão importante de decidir uma data, e como não viu o Conselho se pronunciar de forma mais massiva estava tudo meio errático, publicou aquele texto para frisar apoio. Em término da fala de Valéria a Vice-presidenta **Samêhy Pataxó** (AMIESB) perguntou as Conselheiras se alguém queria dizer alguma coisa, mas ninguém se manifestou. Assim **Luciana Mota** (SPM) pediu licença para falar, se apresentou e declarou que o momento pede um olhar sobre a organização do Conselho e que não gostaria de ser insensível ao ponto de tocar uma pauta que pede que o Conselho esteja organizado, alinhado para que se possa pensar esse PPA, e propôs as Conselheiras que essa pauta seja remanejada para ter um momento em que as questões levantadas anteriormente sejam ajustadas e posteriormente ser retomado e trabalhado sobre esta temática de um orçamento participativo e um orçamento sensível a gênero como o programa

[Handwritten signatures and initials]

3

[Handwritten signature: Pataxó]

especial **Elas a Frente**, que fora disposto a ser trabalhado neste dia, e em particular nesse lugar tanto de ativista que acredita neste Conselho que é ouro, que é importante para as mulheres da Bahia, que faz a diferença entre tantos outros Conselhos e que é um lugar de acolhimento e construção, e quer que todas as Conselheiras estejam se sentindo acolhidas, assim se dirige a Vice-presidenta para pedir licença declarando que todas estejam imbuídas nessa possibilidade de construir, que todas pudessem estar alinhadas para decorrer essa pauta, que precisa sim de construção, definida a algum tempo, desejosos de mostrar o que foi avançado nesse PPA 2024-2027, este momento seria feito com outros desdobramentos, mas é percebido que não dá para trazer essa pauta sem a gente se sentir acolhida nesse espaço, pedindo novamente a opinião das Conselheiras para remanejamento da pauta. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE) comenta que discorda de Luciana de passar para o próximo ponto visto que os pontos levantados por Samêhy são sérios e importantes tão quão urgentes porque diz respeito ao funcionamento do Conselho, necessário enquanto Conselheiras emitirem opiniões sobre isso e concorda também com a proposta de encaminhamento já feita por Aldinha sobre este assunto, e se as outras Conselheiras quiserem fazer fala sobre, no sentido de construção, não de críticas para poder avançar com qualidade. **Luciana Mota** (SPM) respondeu explicando que não se fez entender, que na questão ela suspendendo sua participação para que se possa discutir as questões pela Vice Samêhy, levantadas, foi esse o encaminhamento. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE) respondeu que agora compreendeu bem e perguntou se esta pauta seria recolocada para a parte da tarde. **Luciana Mota** (SPM): respondeu que não poderá, visto compromissos previamente agendados, mas está à disposição até para uma reunião extraordinária, agradece pela compreensão, agradece a Aldinha também pela parceria durante o tempo nessa condução da SPM e se despede. **Nancy Alves de Andrade** (FEEB): parabenizou pela sensibilidade e percepção do clima. **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): citou que é acostumada a chegar na reunião sorrindo, bem humorada, mas infelizmente se deparou hoje com o depoimento de uma mulher indígena, uma camarada que se sente ofendida, violentada nesse Conselho, que por várias vezes nesse Conselho desde que a Vice Samêhy tomou posse não estão sendo como deveriam, principalmente para uma mulher indígena, o Conselho nunca foi presidido pela sociedade civil e que é motivo de felicidade ter sido eleita uma Vice pelas entidades da sociedade civil, e foi compreendido que a Secretaria de Mulheres ficaria feliz com isso também, dando o tratamento merecido, falou o quão é muito difícil lutar todos os dias contra violência, lutar para que as mulheres tenham lugar de fala, se empoderem e que cada uma presente está representando milhares de mulheres, e contou a experiência da Vice-presidenta desde quando foi empossada e suas dificuldades para estar presente no Conselho. Frisou novamente as questões levantadas pela Vice-presidente anteriormente, questões essas sentidas por outras Conselheiras também, que as vezes não sabem como falar, pois, muitas vezes que tentaram foram de alguma forma silenciadas, e que isso é muito sério, como pôde num espaço como o CDDM e SPM, uma mulher indígena dizer que está sendo ignorada, excluída, entre outras coisas é algo revoltante que nenhum pedido de desculpas pode tirar as marcas dessa situação. Discorreu também sobre como ficaria o Conselho aos olhos da sociedade se esse contexto fosse divulgado, e que o trabalho da Sociedade Civil é muito corriqueiro e produtivo, lutando batalhas que muitos não veem, ajudando e construindo junto a Secretaria de Políticas Públicas para todas as mulheres. E que tinham imaginado uma posse para a Vice-presidenta Samêhy a altura, bem



4

planejada e representativa com a presença de outras mulheres lideranças, mas foi apenas um momento de assinatura da lista de presença e uma foto, todas as reuniões existem dúvidas, mas é esforçado o funcionamento. Dirigiu sua fala a Valéria Peruna, destacando a recente presença dela no dia a dia do Conselho, inicialmente apresentando o PPA e ajudando na construção do plano estratégico do CDDM, mas também começou a participar das questões do Conselho, opinando, bem como enviando aquele texto sobre o dia da reunião, e que em particular e colocando como uma fala consentida pela maioria disse que foi de muito desrespeito o que Valéria fez, que causou constrangimento até dúvidas se Valéria tinha começado a fazer parte do Conselho, da mesa diretora, e não foi avisado, se está permanentemente e vai ficar ditando as regras no Conselho, e que para além de sua participação nas reuniões a forma que escreveu o texto já citado anteriormente, foi constrangedor pela forma escrita. Citou que todas que leram se sentiram indignadas, que esteve em um evento com outra Conselheira e foi conversado sobre isso, e que é preciso discutir como a SPM, apresentar as pessoas responsáveis para cuidar de questões do Conselho e como deve ser cuidadosa essa relação, então concluindo se referiu as Conselheiras solicitando uma decisão quanto a continuação da presença de Valéria Peruna no Conselho. Logo, **Valéria Peruna** (SPM) comunicou sua saída instantânea do espaço e que veio ao Conselho por convite, mas que não permanecerá, independentemente da decisão da Presidência do Conselho, reiterou que o texto não foi de forma alguma para constranger, e sim para chamar a atenção quanto as responsabilidades do Conselho que ao longo de um ano de mandato estão tecnicamente negligenciadas, todas as intervenções oriundas de sua pessoa foram voltadas para o planejamento, a organização de um plano de ação que o Conselho deveria ter para a devida importância, para cumprir o previsto em constituição o que em um ano não foi feito efetivamente, a sua insistência nessa pauta sobre o Plano Estratégico é sobre a incompreensão do Estado em estar levando a fundamento uma política pública sem a observância do Conselho de Defesa de Direitos das Mulheres, que é incompreendido a existência do Plano Participativo também construído com a ajuda do Conselho e que não seja feita a fiscalização e análise necessárias dele. Que sempre esteve presente apenas com essa pauta, que é engano que tenha acontecido desrespeito de qualquer forma, incentivou as demais Conselheiras a se manifestarem se isso de fato tenham ocorrido, e que espera que o Conselho não faça da declaração de uma Conselheira a conclusão de todas, pois tem absoluta certeza do profundo respeito que vos tem e teve durante todo o tratamento com todas, e que agradece aquelas mulheres que tem a consciência do que foi a sua participação no Conselho, agradecer as trocas no trabalho, a chefe Aldinha, a Vice Samêhy e pede licença para se retirar. Com a fala a Vice-presidente **Samêhy Pataxó** (AMIESB) reforçou que as questões levantadas por sua pessoa anteriormente não tinham objetivo de iniciar discussões como a recém ocorrida, que este é um lugar que deve ser bom para todas, pede que Valéria continue presente, que a conversa pode continuar sem ninguém magoar o outro ou faltar com respeito, que é um momento para esclarecimentos, e que se faz mais que necessária a organização de todos esses pontos. Em seguida, **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM) comentou que concorda com a Conselheira Jéssica Lima em um ponto sobre o quão todas estão "atravessadas" por silenciamentos e por várias violências, mas entende que isso acontece diariamente na sociedade, mas que no espaço deste Conselho desconhece qualquer tipo de violência entre ele, e que durante este ano foi desenvolvido acolhimento e respeito mútuo, que infelizmente fatores

externos tentam colocar as mulheres umas contra as outras pois estão todas presentes para dizer não a todo e qualquer tipo de violência que origine essa situação, que respeita e pede respeito a todo o corpo coletivo, agradeceu a Valéria Peruna por aceitar o convite para ajudar no Conselho por dentro do PPA, se dirigiu a Vice Samêhy afirmando que sempre teve da Secretaria-SPM muito respeito, pede que se possa dar continuidade ao Conselho com profundo respeito, sororidade, com simpatia que é pregado todos os dias, no papel de dar voz as mulheres da sociedade sendo transparentes com o que o Governo tem organizado para dar coró as políticas públicas. Pediu também desculpas para Valéria dizendo que em nenhum momento sentiu desrespeito durante sua condução ou participação no Conselho, se dirigiu a Jéssica convidando-a para que, de agora em diante acertar se por ventura se sentir sofrendo algum tipo de violência e que sentiu na fala dela muitas "violências acopladas", porém não sente desse coletivo. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): perguntou se mais alguma Conselheira gostaria de falar. **Roseli de Oliveira Barbosa** (TamoJuntas): fez um destaque sobre a conversa que teve com Jéssica que falou da falta de respeito da mensagem de Valéria Peruna, mas o que sentiu de fato é que ela fez uma cobrança e pegou isso para si, que se esforçou em fazer a tarefa estabelecida na última reunião sobre o plano de ação, pois sente falta ainda de uma Formação, pois está no Conselho a pouco tempo e que nunca participou de um, está aprendendo muita coisa agora, acha difícil uma tarefa dessa maneira para quem nunca teve experiência, foi posto um exemplo de como fazer só que foi superficial pra quem está iniciando, mas tentou fazer também junto com a Conselheira Renata Sena, a qual tirou dúvidas com Peruna só que ainda restou particularmente muita dificuldade, assim como nessa última tarefa a anterior a esta foi a mesma situação e afirmando por si mesma que se esforçou bastante. Falou também sobre a mensagem no grupo, talvez Jéssica tenha se sentindo ofendida e outras também e que as coisas se resolvem na conserva e pelo grupo de WhatsApp é mais difícil, mas esse é o momento de esclarecimentos. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): reafirmou a fala da Conselheira Roseli acerca da importância da formação para as novas Conselheiras e que era necessário desde o início o que evitaria muitas situações. **Renata Luciana Cruz Sena** (SSP): começou a falar ressaltando que Valéria que em períodos fora do expediente ajudou ela, não hesitou em responder as dúvidas, e que não acha como as outras Conselheiras quanto a falta de respeito e sim erro de comunicação, que Valéria pôde ajudar na elaboração da tarefa e se importou em colocar a resposta no grupo caso outras Conselheiras tivessem a mesma dúvida e foi apenas isto, ruídos na comunicação. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE): registrou primeiro sua solidariedade a Vice Samêhy, destacando que quando é falado sobre o enfrentamento a todo e qualquer tipo de violência é importante o relato da pessoa que se coloca como na situação de vítima, então se há um relato de violência é preciso observar enquanto poder público diante da própria responsabilidade como vai ser acolhida essa crítica, como recente dentro do Ministério das Mulheres um caso de racismo em que a denúncia afirma que a Ministra era conivente porque quando foi exposto ela não fez nada, é delicado estar nesse lugar de Conselheira e gestora de políticas para as mulheres porque as pessoas sempre vão se assustar, mais quando algum tipo de atrito se sobrepõe, só que ainda muitas coisas são aprendidas no processo e reproduzindo o que se aprende, dirigindo-se a Valéria disse que acredita muita na intenção dela de apresentar os conteúdos propositivos e que seu auxílio é imprescindível, no entanto, o que causou desconforto foi o tom do texto que deu margem para mal interpretação, não cabia uma polêmica no grupo, o

[Handwritten signatures and initials]

ambiente da discussão é muito mais propício, e que a impressão que teve foi de ter sido uma crítica direcionada a Vice Samêhy e também a paralisa do Conselho, e se fez uma autocrítica, pensando o quão pouco as coisas estão avançando, e a fala da Conselheira Roseli apresenta uma dificuldade real, muitas Conselheiras não sabem como fazer esse monitoramento, porque o poder público tem uma série de atribuições, mas para a Sociedade Civil muitas vezes o caminho é difícil essa aprendizagem, da metodologia que precisa ser construída, do conteúdo que muitas vezes usam, termos desconhecidos do dia a dia, e é preciso essa orientação, então nesse sentido, a presença de Valéria é muito bem-vinda no Conselho, valendo a pena fazer uma reflexão e autocrítica sobre toda a impressão que o texto causou. Falou que há muito potencial e que a SPM como gestora e como coordenadora do poder público nesse conselho tem plenas condições de fazer os ajustes necessários que estão sendo propostos, encerrar esse ciclo com essas falas importantes, criar um ambiente construtivo e assim se há algum sentimento de silenciamentos ele precisa ser vencido se há um desconforto precisa ser vencido e esse ambiente precisa ser um ambiente acolhedor das propostas, acolhedor das críticas e da possibilidade de avançar coletivamente, é solidária a todas as pessoas que se sentiram sensibilizadas e entende que todas podem aprender muito umas com as outras e agradeceu. **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM) se dirigiu as Conselheiras Natália e Renata, dizendo que pela fala delas conseguiu entender o que está acontecendo, citou um escritor que fala sobre comunicação não violenta, diz que a melhor forma de entendermos o outro é conhecermos sua necessidade e as Conselheiras Jéssica e Samêhy colocaram suas dores na fala, mas não compreendeu qual era a necessidade. Na fala de Natália e Renata ela entendeu qual é a necessidade, sobre o texto mal entendido pelo grupo, conhecendo que Valéria Peruna é uma Gestora Pública que está à disposição de todas, entende e conhece a postura dela, entende que não teria essa necessidade, nem esse desejo de agredir nenhuma companheira, mas nós temos necessidades, de falar uma coisa e nesse caso de Valéria foi sobre o atendimento de uma demanda e as Conselheiras entenderam de uma forma, e que a necessidade delas de uma formação tal qual já pautada a algum tempo, pede desculpas em nome da ex Secretária Elisangela e atual Secretária Neusa e que uma das necessidades do Conselho já está clara e já pode ser encaminhada, propôs que mais alguém que sinta vontade de comentar mais algo que está aberto, elogiou Valéria também e que uma fala no WhatsApp pode ter muitas interpretações, e pode haver muitos ruídos na comunicação como este, se dirigiu a Vice Samêhy e reafirmou o quão é acolhida e que a Presidenta que é a Secretária Neusa, na sua ausência vai delegar a nova Chefe de Gabinete Neia Bastos e que juntas pode ser feito muito e que no Conselho tudo pode ser feito diferente. A Conselheira **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): disse que foi importante sim ela colocar como se sentiu em relação ao que aconteceu e que tem coisas que precisam ser resolvidas para não acontecer mais, e se dirigiu a **Neia Bastos** recebendo-a com alegria no novo cargo e agradeceu. **Maria Otília Soares** (UMVC): comentou que os ânimos se exaltaram, que todas que quiseram e puderam desabafar, inclusive o relato da Vice Samêhy é legítimo, externou um sentimento que, cabe a todas acolher esse desabafo, todos reagimos de formas diferentes e tudo foi importante pois a partir disso pode ser construído novas relações mais solidarias, atenciosas. A fala da Vice Samêhy é histórica no sentido que, há muito tempo as mulheres optam por não falar, no receio de que alguém as ache incapacitadas, isso que prejudicou as mulheres por muito tempo, as mulheres negras estão há tempo vencendo aos poucos seus lugares, seu reconhecimento

(Handwritten signatures and initials)

perante a sociedade, mas as mulheres indígenas estão ainda nesse começo. Então disse que pode ser refletido com tudo isso um olhar que se deve ter para a maneira como cada um está agindo, e que tudo isso possa ajudar a vermos onde estamos acertando e onde estamos errando. **Taiane Oliveira Lima (UJS)**: Citou que já foi abordado o assunto de comunicação no Conselho, que se solidariza com Samêhy, mas sendo direta acha que o primeiro erro cometido foi de não ter reuniões para pensar o funcionamento do próprio Conselho, apesar de compreender que a perspectiva da SPM talvez seja que as entidades compreendem o funcionamento e por isso que estão aqui, enquanto Conselheiras pode haver dificuldades de fator operacional nesse processo, então, encerrando esse ano talvez com muita dificuldade de ter avançado, seja o momento para no último encontro do ano fazer o que não fez antes, que seja formar as mulheres aqui, para realmente compreender em sentido amplo e aprofundado, para terem domínio de como funciona um Conselho que fiscaliza os processos construídos e as políticas públicas executadas pela Secretaria e a partir daí retomar no próximo ano, com tudo organizado em 2025, sendo o segundo ano de gestão desse Conselho com reuniões e que os debates sejam mais aprofundados e que cada uma possa contribuir a partir de suas organizações, pautado do conhecimento expresso e então avançar. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: descreveu os previstos pontos de pauta, a fim de ajustes. **Cleidenea Bastos (SPM)**: expressou sua alegria de estar de volta ao Conselho em uma outra condição, e que acompanhou esse Conselho representando a Associação de Mulheres Pintadenses em quase quatro gestões, então conhece muito as dores, os desafios, conhece também a sororidade de tantas companheiras de diversos lugares que tem ajudado e assumido na ponta, situações de cuidado, de diminuir principalmente os desafios enfrentados todos os dias por todas as mulheres, se solidariza, mas não se estenderá, pois, todas as falas anteriores foram bem reflexivas, e acredita que é muito importante que o processo de formação realmente aconteça e que o próximo ano será de muito trabalho, porque é um ano que tem as conferências e ficou observando com base nessa pauta que poderia ser tirado algumas agendas para algumas comissões, ter uma ação mais operante e ganhar mais tempo. E que fica feliz de ter bastante representatividade no Conselho, muito feliz de ter uma mulher indígena como Vice-presidenta, concluiu reafirmando a urgência de marcar uma data para Formação das Conselheiras. **Aldenira da Conceição Soares de Sena (SPM)**: propôs o intervalo e pela tarde continuar a reunião com a pauta que falta, mas antes de encerrar esse turno passou a fala para uma convidada **Vanja Andréa Santos**, Presidente Nacional da União Brasileira de mulheres. **Vanja Andréa Santos**: Informou que também faz parte da Coordenação Política do Conselho Nacional do Direito das Mulheres, e está presente para passar alguns encaminhamentos que ocorreram em uma reunião passada, que se fazem importantes para todas as mulheres que atuam nos Conselhos, mas inicialmente gostaria de fazer uma saudação a Vice-Presidente Samêhy Pataxó e a todas que estão lutando pelo processo, para que seja mais dinâmico e construído de forma mais coletiva. E reforçando que esse é o espaço onde as mulheres precisam cada vez mais, potencializar, fortalecer, porque é um instrumento de controle social onde podem atuar, monitorar e fazer com que as políticas sejam concretizadas, nada adianta muitos planos maravilhosos, mas que não são concretizados e o Conselho tem essa necessidade que é para poder dar respostas as mulheres e atender as demandas diversas. Sendo presidente da Câmara Técnica de Monitoramento de políticas públicas desde já informa que está, sendo feito um curso de preparação para que as novas conselheiras que chegaram lá possam se organizar e



já estão, conseguir formação para eles também. Comentou também sobre a Cartilha para criação de Conselhos, que terá algumas alterações no layout, e que fica a cargo da Vice Samêhy e Neia Bastos, para ver essa questão. **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): comentou que em relação a cartilha e aos conselhos desativados, a UBM a partir do Conselho esteve presente em três cidades para criação do Conselho, participou e marcou audiências públicas para que os Conselhos fossem criados, mas antes disso, a formação para as entidades que queiram participar do Conselho e essa Cartilha vem em um momento bom. Citou que gostaria de entender se ficara estabelecido para a próxima reunião um turno para a formação e quem seriam as pessoas escolhidas a ministrar essa formação, se poderia ser dado como sugestão nomes de pessoas conhecidas e que tem experiência com conselhos. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE): entendeu que a proposta seja fazer primeiro a formação das Conselheiras Estaduais para que consigam ajudar no acompanhamento dos Conselhos Municipais. **Maria Otília Soares** (UMVC): propôs que após a formação das Conselheiras Estaduais, serão capazes de desenvolver essa formação nos municípios, então que possa ser formada equipes territoriais para exercer isso. Foi explicado após algumas falas que o custeio para deslocamento das Conselheiras que vem do interior será custeado do mesmo modo que acontece nas reuniões, serão disponibilizadas diárias que contemplam hospedagem e alimentação, além das passagens. **Maria Rute Lima** (FATRES): argumentou a dificuldade de deslocamento, mesmo recebendo a passagem de ônibus o deslocamento de onde moram até a cidade que tem a rodoviária é muito difícil. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): descreveu também sua dificuldade em relação ao seu deslocamento de onde mora em Santa Cruz Cabralia para pegar ônibus na rodoviária em Porto Seguro, então isso precisa ser ajustado e falou também que um dia apenas de reunião não é suficiente para discutir as demandas, colocar a formação em dia e a reunião no dia seguinte. Após, algumas Conselheiras se manifestarem e discutirem a melhor data dentro das circunstâncias da maioria, de modo unânime a data para a formação e reunião ficou para o dia 05 e 06 de dezembro. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): comunicou que para o dia da formação Natália Gonçalves e Cândida Silva teriam sugestões a comentar. **Cândida Silva** (SPM): sugeriu que para pensar a metodologia do dia da Formação, fosse feita reunião no dia 05, organizando e planejando tudo para a Formação no dia 06, só invertendo os dias, e também pensar nas formadoras, mulheres capazes de ministrar a formação, mulheres que até já foram conselheiras ou ainda são, com bastante experiência, organizar os momentos para o tempo ser otimizado e bem aproveitado. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE): sugeriu dividir a formação em duas partes, sendo a primeira sobre o funcionamento do Conselho, aproveitar a experiência de Néa Bastos que conhece o Conselho de ponta a ponta, ouvir sua trajetória e inclusive ela pode falar sobre como conseguia fazer as comissões temáticas funcionarem e que era no Conselho aquela pessoa que cobrava para que as comissões existissem e funcionassem de acordo. E na segunda parte aproveitar e discutir sobre o enfrentamento a violência, sugerindo o grupo de trabalho sobre o feminicídio o GT-FEM, que fez uma pesquisa recente sobre o feminicídio em Salvador e que teve o raio de alcance ampliado, e que há esse grupo de pesquisadoras feministas que estão produzindo este conteúdo e que poderia ser feito uma oficina de prevenção ao feminicídio, dividir essa parte do debate sobre o enfrentamento com essa oficina mostrando como atuar em rede para a prevenção ao feminicídio e que o conselho precisa ser uma rede de enfrentamento. Além de Neia Bastos citou como sugestão de nomes, Tânia Palma que é do GT-

Handwritten signature

Handwritten signature

10

Spataxó

Handwritten signature

Handwritten signature

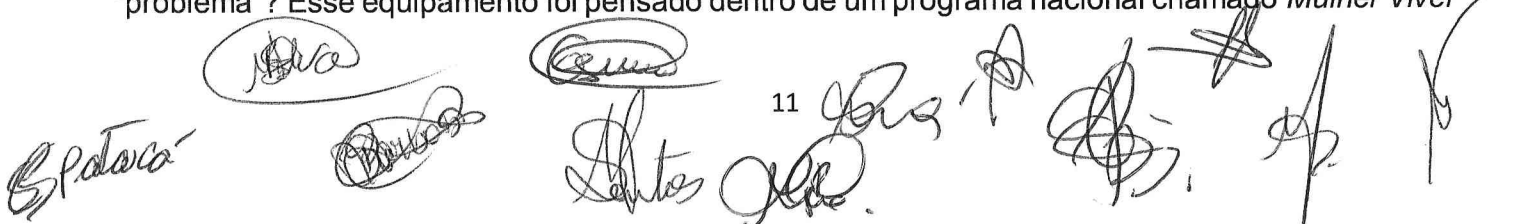
Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

FEM, e Flora Maria que é da SSP, dois nomes que entendem o assunto e podem ajudar. **Gildeane Mota** (AMP): comentou que seria melhor permanecer a data do dia 05 para a formação. **Cândida Silva** (SPM): reafirmou a importância de se estabelecer um dia específico para discutir o planejamento da formação. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE): sugeriu que fosse feita então uma reunião extraordinária. Iniciando a pauta prevista para Apresentação dos Protocolos de Enfrentamento a Violência, a Convidada **Ana Clara Auto**, Coordenadora da Superintendência de Proteção e Enfrentamento a Violência – SUPEV na SPM, e Coordenadora Estadual da Casa da Mulher Brasileira, começou abordando que o tema de Enfretamento a Violência proposto por Natália para a formação do Conselho, é um tema importante que exige um tempo e vários olhares, disse que conhece Tânia Palma, que faz parte da equipe do **Loretta Valadares**, que é o CRAM mais antigo de Salvador, que recentemente foi alocado dentro da Casa da Mulher Brasileira, e que se coloca à disposição para esses ajustes. E falará sobre a Rede para na Formação a temática do Enfrentamento a Violência ser aprofundada, é discutido esse assunto sobre dois vieses, o enfrentamento e a prevenção, sendo a prevenção a parte mais importante e que há expertise, o enfrentamento é onde estão os maiores “gargalos” pois é a porta de entrada, então quando uma vítima chega até a rede, e tudo a partir desse ponto, é redução de danos, dois momentos muito importantes. Já ocorreu até uma formação com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, sobre como abordar através da metodologia, inclusiva das educadoras populares, o processo de formação sobre enfrentamento a violência nas escolas, tal oficina que pode ser fornecida ao Conselho também, entende-se que a formação não é só uma palestra, é preciso desenvolver metodologias de aprendizado, talvez a própria UNFPA estar presente e ajudar nessa formação. Então nesse momento se resumirá a explicar também o que a SUPEV tem feito, para embasar o assunto. Discorreu que, quando foi assumido a pasta no início de 2023, era um cenário muito difícil de muita demanda represada até pelo governo federal, o Governo Bolsonaro. É nessa “lógica” que a Casa da Mulher Brasileira é instaurada em Salvador, é importante trazer essa retrospectiva para ser compreensível o funcionamento de um equipamento como este, e quanto custou socialmente ter um Governo como o de Bolsonaro. E com muita demanda negligenciada na época a Secretária, faz uma solicitação de interiorização, voltar para os territórios fazer uma escuta, foram feitos Seminários nos territórios para falar sobre as demandas, dar encaminhamento as coisas que a SPM já estava fazendo e criar novas. Nesse bojo, é a primeira vez também que na Secretaria de Política para as Mulheres são criadas duas superintendências e foi fundamental a separação da pasta porque, antes era uma coordenação só, que cuidava das pautas de autonomia das mulheres e enfrentamento a violência, embora suas equipes estivessem separadas melhorando o desenvolvimento, tratando separadamente as questões. Dito isso, foi discorrido o fortalecimento da rede de enfrentamento, mas “o que é a rede de enfrentamento?”, “quem faz parte da rede?” “como ela está estruturada?”. Analisando os documentos é percebido uma tarefa fundamental que é a Conferência, porque a normativa técnica por exemplo que rege os CRAM'S é de 2006, está desatualizada, muita coisa mudou nesse período e a atualização dessa norma técnica só é feita através de conferência, a próxima a ser realizada em setembro de 2025, é dentre outras mais uma responsabilidade. Hoje a Bahia conta com 40 Centros de Referência não é nem 10% pois, são 417 municípios no Estado, e uma Casa da Mulher Brasileira. Voltando a ela, qual o “problema”? Esse equipamento foi pensado dentro de um programa nacional chamado *Mulher Viver*



Sem Violência, que é do Governo Dilma Rousseff. A primeira casa da mulher brasileira - CMB foi criada no Brasil em 2012, em funcionamento a mais tempo em Campo Grande – SP, esse programa previa que um equipamento como a Casa da Mulher Brasileira fosse permitido só a assinatura do convênio entre os Governos Federais e Estaduais, porque os serviços da famosa rede quais sejam, como Tribunal de Justiça, que é onde estão os juízes que fazem o deferimento ou indeferimento das medidas protetivas, Defensoria Pública, que é quem vai representar essa mulher juridicamente no caso em que precise de vara de família, também Ministério Público e Delegacia especializada, todos esses serviços são serviços Estaduais. E no seu governo, Bolsonaro não tinha Governadores, ele tinha prefeitos na sua base, no último ano da sua gestão, mudou a legislação e permitiu que os Municípios fizessem solicitação para ter um equipamento como a CMB, foi aí que o então Prefeito de Salvador ACM Neto solicitou o projeto, e o que o Estado fez? Na época Rui era o Governador e estava acontecendo as enchentes no sul da Bahia, o governador garantiu o terreno possível a época, e quem assinou o convênio foi a Prefeitura junto com o Ministério. Após as eleições com o Governo ganho, o Ministério das Mulheres começou a fazer as tratativas diretamente com o Governo Estadual, até porque os serviços eram Estaduais e a casa de Salvador corria o risco de não ser inaugurada, porque a Prefeitura logicamente não tem o trato com os serviços Estaduais. Então quem iria fazer a mediação? É o Estado que pode fazer a interlocução, mediação com os desembargadores, procuradores etc. Mesmo com hesitação do Governo Municipal, as tratativas para implementação dos fluxos da CMB foram iniciadas, e a gestão da SPM acompanhou de perto, reuniões que até aconteciam com conflitos. Com muito custo, a reunião da rede passou a ser na CMB, mesmo com embates no aspecto de a gestão municipal não querer que as OSC estejam dentro da Casa, a não ser, as assistidas, mas para o Estado é um compromisso lógico, tem resistência porque sabem que o movimento social organizado vai brigar, vai questionar com razão. E não pode deixar de ser observado que ocorrem erros, os serviços erram, são muitas mulheres nas suas mais diversas especificidades, as DEAM's erram no atendimento, existem muitas dificuldades, o TJ erra, os juízes não são especialistas na matéria, a Defensoria Pública é lotada, o fluxo é muito grande e então acontecerão erros, tal qual serão corrigidos. Todo mês é encaminhado um relatório para o Ministério das Mulheres sobre os atendimentos. Para compreensão de todas acerca da conjuntura da Casa, a CMB é Estadual e não é. E isso é um inconveniente em questão de territorialidade, um equipamento desse tamanho precisava acolher mulheres no Estado todo, mas um problema na lei que é a territorialidade dos fatos, e é nisso que a gestão municipal se apegua, dizendo que o Estado não coloca recursos na casa, o Ministério disponibiliza cerca de 10 milhões e meio, e a Prefeitura 2 milhões e meio para pagar as despesas funcionais da Casa, e usam isso como motivo para não acolher o Estado, e que no regimento diz que a Casa acolhe somente mulheres de Salvador. Entretanto conseguiu chegar a um entendimento comum, inclusive com o apoio do Ministério, que, nenhuma mulher que chegar na CMB vai ser negado atendimento. Pode ser feito um encaminhamento qualificado, que se trata por exemplo, muitas vezes de uma demanda que não pode ser resolvida ali, em alguns casos pela pessoa ser de outro município, ter tentado ser atendida nele e não conseguiu, mas na CMB será feito os encaminhamentos direcionados especificamente. A CMB não é uma casa abrigo, o que é feito lá é um alojamento de passagem, onde se dá uma resposta aquela vítima, mulher, recolocando-a na sua rede de apoio em até 48 horas, podendo chegar até 7 dias. Então, abriga-se

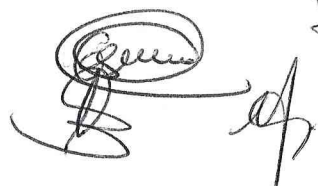


 *Alcides Spaloca*



12







temporariamente se precisar de mais tempo que isso é encaminhado ou para uma casa-abrigo ou para uma casa acolhimento que existem no Estado, exemplo de Jequié, de Barreiras dentre outros. Outro ponto, em Salvador existem três centros de referência, o *Loretta Valadares* que é o mais antigo, o CAMSID (Centro de Atendimento à Mulher Soteropolitana Irmã Dulce) que fica na Ribeira e o CREAM (Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher Arlette Magalhães) que fica em Cajazeiras, os três fazem esse atendimento multiprofissional, então eles contam com a equipe de Psicólogas, Assistentes Sociais e Advogadas, que fazem o encaminhamento dessa mulher. O *Loretta Valadares* ficou recentemente instalado dentro da Casa da Mulher Brasileira, com revelia dos movimentos sociais, visto que esse centro ficava nos bairros, no centro da cidade, de fácil localização, mas, a Prefeitura o instalou dentro da CMB. Em resumo, os fluxos da Casa estão sendo alinhados, não o serviço geral que já acontece. Já foram atendidas mais de 10 mil mulheres, e as medidas protetivas são expedidas em até 4 horas, há um diálogo muito grande com os magistrados, com os juizes que estão lá dentro. Um dos papéis fundamentais que a casa tem cumprido é também de dar informações as mulheres, de processos e outros aspectos, a maior violência que a casa tem registrado é a de violência psicológica e logo em seguida a violência física. A maioria das mulheres assistidas tem entre 35 e 45 anos, com perfil predominantemente pardas e evangélicas, é como está no questionário. Citou que, foi liberado na semana anterior recurso para construção de mais duas casas na Bahia, o projeto já foi encaminhado, uma vai ser em Feira de Santana e a outra em Irecê e está prevista mais um que ainda não foi liberada, que será no Litoral Sul em Itabuna. Essas casas vão ser de fato Estaduais, então qualquer mulher do Estado vai ser recebida, acolhida, são estabelecidas nesses municípios porque são os que tem mais registros de casos de violência sexual, índices altos. No litoral sul existem os casos com as mulheres indígenas, no Acampamento Terra Livre foram descritas muitas demandas, os territórios indígenas são territórios muito difíceis para as mulheres, são questões que precisam de muito cuidado. A Superintendência vem cuidando para que tenham salas *Elas à frente* nesses territórios. Além de tudo há as Casas da Mulher Baiana e o território pensado é o Velho Chico, que é um território muito difícil, não tem nenhum equipamento da Rede, sem delegacia especializada, e fez visita ao município de Ibotirama onde foi abordado as muitas demandas que ele tem. A Casa da Mulher Baiana é como um CRAM territorial, não vai ser da mesma estrutura que a Casa da Mulher Brasileira, mas vai ter todos os ajustes necessários. A outra Casa da Mulher Baiana além de Ibotirama será em Ipirá, que também está tendo as tratativas necessárias. Ana Clara se colocou à disposição para responder a perguntas das Conselheiras. **Renata Luciana Cruz Sena** (SSP): fez um questionamento quanto ao atendimento da Casa da Mulher Brasileira, citando que, mulheres estando vulneráveis, sendo revitimizadas, tendo que contar o que aconteceu para quem estava atendendo sem que essa pessoa seja a específica para isso. **Gildeane dos Santos Mota** (AMP): pediu para que Ana Clara falasse mais sobre as casas abrigo. **Ana Clara Auto** (SPM): falou que há muitas denúncias como está e isso já foi pauta de reunião do Comitê Gestor, são os obstáculos na CMB e, não obstante são de responsabilidade da Prefeitura, que não deixou que o Estado ou a Secretaria fizessem a formação das agentes, das pessoas que ficam na recepção e no acolhimento, e os fluxos de cada serviço foram ajustados ao longo do processo, então, situações como estas infelizmente têm sido comuns. Então, foi acordada uma formação com as agentes que ficam ali na recepção no sentido da não revitimização, não é preciso contar a história para a atendente o fluxo

Spataca *Auto* *Douto* *13* *Auto* *Auto* *Auto* *Auto* *Auto* *Auto*

a recepção, encaminhou para o psicossocial, lá ela vai ter essa escuta individualizada, especializada, para justamente fazer a triagem e a partir da escuta a Psicóloga ou Assistente Social essa ficha ser preenchida e vai via sistema para os serviços, para não precisar recontar. A Prefeitura conseguiu se comprometer a decidir que o Estado possa fazer essas tratativas com as funcionárias. São cinco guichês, o primeiro para senha, o segundo com marcação específica para o *Loretta Valadares*, e o terceiro em diante são próprios da CMB. Sobre o funcionamento das Casas-Abrigo, o Estado conta com três delas, ficam em Feira de Santana, Juazeiro e Itabuna, o endereço delas não é revelado por uma questão de segurança das mulheres, o perfil dessas casas é Mulheres em risco eminente de morte, há uma especificidade sobre a conduta de quem vai para a Casa, muito rígida, não pode ir com celular, não mantém contato com o mundo exterior, então para as mulheres é muito difícil estar nesses espaços, quem coordena as Casas-Abrigo é a SEADES, sendo importante que a SPM acompanhe isso mais de perto, elas acolhem mulheres até seis meses, podendo chegar a um ano e os filhos podem ir junto. Essa coordenação é colegiada com os Municípios que aceitaram receber o recurso Estadual, para abertura dessas casas. O fluxo de encaminhamento começa no CRAS ou no CREAS, se no município não tiver um CRAM, essa demanda é identificada a partir da triagem pelo psicossocial, também preenchem uma ficha de solicitação de vaga nas casas abrigo, e aí acontece uma ligação para central de abrigamento na SEADES e eles vão indicar a partir também do risco dessa mulher, o melhor local para ir, o município se responsabiliza pelo transporte, e a mulher recebe kit higiene, e o transporte é feito com protocolos de segurança. E para além disso também há as Casas-Acolhimento, que são de abrigamento temporário, que são com parcerias com as OSC - Organizações da Sociedade Civil, o Estado pode ajudar através de emendas parlamentares. Se colocou à disposição para mais dúvidas. Acrescentou que para a formação irá fazer um convite do Conselho para a Rede estar presente, contar um pouco sobre atuação de cada pessoa da equipe. Mas, infelizmente lembrou que na semana da reunião acontecerá o FONAVID (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) em Salvador e as doutoras que foram requisitadas da Rede para estarem na formação vão estar envolvidas nesse evento. Mas que seria interessante se o Conselho por exemplo pudesse participar dele, irá acontecer uma visita a Casa da Mulher Brasileira, poderia ser feita uma visita guiada com todos. Ainda assim frisou nomes para estarem na formação como convidadas, Dra. Nágila Brito, Coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça da Bahia, Dra. Lívia da Defensoria Pública, Dra. Sara do Ministério Público, são esses nomes que podem ser convidadas, importante também outras mulheres da Rede que estão mais na linha de frente falarem um pouco, ou até as próprias funcionárias da SPM. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE): comentou que esse momento de mulheres da rede falarem principalmente do setor de justiça que é onde tem muitos entraves, porém, muita coisa está mudando atualmente, pedir medida protetiva não é mais dificultoso, contudo, mulheres com essas medidas continuam morrendo, as coisas avançam um pouco e ainda existem falhas, mulheres continuam morrendo com elas. **Ana Clara Auto** (SPM): comentou sobre a relação medidas protetivas e SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização), muitas mulheres têm dúvidas por exemplo, por que as mulheres continuando morrendo, porque os agressores não saem com as tornozeleiras eletrônicas. Contou uma novidade sobre a CMB que é a instalação do IML, o exame de corpo de delito com as mulheres não será mais feito fora da casa. E uma sala da SEAP do núcleo

M. Silva

[Signature]

[Signature]

14 *[Signature]*

[Signature]

[Signature]

[Signature]

B. Botelho

psicossocial que instruirá as mulheres sobre o botão do pânico, as tornozeleiras eletrônicas, seria bom também incluir na discussão no dia da formação alguém da SEAP para tirar as dúvidas que possam ter sobre, saída dos agressores sem aviso as mulheres e outros assuntos mais. **Maria Otília Soares** (UMVC): contou que em Vitória da Conquista as tornozeleiras estão falhando, e isso não está sendo monitorado. **Ana Clara Auto** (SPM): explicou que realmente nesse município a demanda é muito alta, muitos casos, e que as varas de família, de violência doméstica que tem, estão sofrendo com um fluxo muito grande, já foi feita uma notificação para a SEAP do que está acontecendo em Vitória da Conquista. **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM): agradeceu a Ana Clara por toda sua explicação e contextualização. Inteirou que para o dia da Formação do Conselho, uma sugestão é convidar a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa porque é uma equipe potente que faz um trabalho bacana. **Ana Clara Auto** (SPM): acrescentou que a Procuradora é a Deputada Estadual Fabíola Mansur, e essa equipe da procuradoria tem feito um trabalho de acompanhamento das demandas psicológicas que tem poucos lugares no Estado que fazem esse acompanhamento tão importante para mulheres em situação de vulnerabilidade, com orientação jurídica, atendimento psicossocial, analisando os direitos que essas mulheres têm. Além disso a Procuradoria é um dos únicos lugares hoje, que faz o acompanhamento da violência política de gênero, uma violência não muito amparada pelo Estado, ainda. Mencionou que no mês de outubro ocorreu uma formação com as DEAM's e os CRAM'S no interior para acolher essa demanda, então a DEAM já registra boletim de ocorrência sobre violência política de gênero e raça, mas não tem muitos lugares onde desaguar essas mulheres, então, a procuradoria tem feito esse trabalho, um acompanhamento mais especializado. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): relatou as dificuldades enfrentadas nas comunidades indígenas em relação à violência e à segurança. Destacou que, recentemente, no acampamento, houve um episódio em que algumas lideranças se mostraram relutantes em permitir a atuação de órgãos externos por considerarem certas práticas como parte da cultura. Isso gerou receio entre os órgãos responsáveis sobre como intervir, especialmente em questões que envolvem agressões e tráfico. Mencionou que ainda persiste a ideia de que as forças policiais não podem entrar nas comunidades indígenas. No entanto, após diálogos, foi necessário permitir essa intervenção devido ao aumento de episódios de violência. Durante um encontro na região onde se registra altos índices de violência contra as mulheres, uma mulher entrou em contato relatando ter sido agredida pelo companheiro. O caso foi agravado pela distância de 200 km de estrada de chão até Porto Seguro, dificultando o acesso ao socorro. Além disso, a ausência de sinal telefônico é um obstáculo, atrasando os pedidos de ajuda e a chegada das autoridades, que muitas vezes desistem devido à dificuldade de acesso. Enfatizando que essa é a realidade enfrentada diariamente pelas mulheres indígenas, que a Superintendente Camila Batista da SPM, quando fez uma visita ao território contou que haverá uma casa para acolher as mulheres indígenas também. **Ana Clara Auto** (SPM): relatou que, após essa agenda Camila voltou impactada em relação a questões culturais que envolvem meninas sendo vendidas ou colocadas em casamentos aos 12, 13 ou 14 anos. Segundo Camila, isso não pode ser considerado parte da cultura.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A questão é como responder a essas situações, já que ninguém parece disposto a abordar temas tão delicados, nem mesmo o Estado, que não está preparado para lidar com mudanças estruturais necessárias. E ainda contou sua experiência em Barra Velha, onde observou esse tipo de situação de perto. Fez um atendimento a uma mãe que contou que o agressor de sua filha estava por perto, sendo um professor de escola indígena no território. Na DEAM de Porto Seguro após negligências a delegada foi substituída, por uma delegada que vai para as comunidades, que tem feito um acompanhamento mais cuidadoso, até foi criado um departamento dentro da Polícia Civil, que a diretora é a Dra. Patrícia Barreto, seria a diretora das delegadas. Inclusive vai ter mesmo a proposta de criação da casa da mulher indígena sendo a primeira do Brasil. A vice **Samêhy Pataxó** (AMIESB): relatou que muitas pessoas, especialmente lideranças nas comunidades, têm receio de compartilhar dados pessoais devido ao medo de retaliações. Explicou que, durante uma roda de conversa, as mulheres podem expressar o que sentem e o que vivem, muitas vezes como um desabafo. Em um desses encontros, uma mulher relatou que, apesar de ter uma medida protetiva contra o marido, ainda vivia sob o controle dele, com medo das reações de sua família e da comunidade. Ela sofria agressões desde os 12 anos e, até os 29 anos, ainda se sentia culpada por pensar o que os outros poderiam achar dela se denunciasse. A situação piorou quando ela se separou e o marido, demonstrando ciúmes, foi até o acampamento onde ela estava para tentar forçá-la a voltar. Durante o evento, ele se desculpou, admitindo que havia bebido, mas a situação só se resolveu depois que os participantes sugeriram que ele procurasse ajuda, caso realmente amasse a esposa e o filho. O casal se separou, e ela seguiu em frente. Destacou que, frequentemente, esses casos ficam escondidos nas comunidades indígenas, porque as mulheres não denunciam devido ao medo das consequências, especialmente quando os agressores são lideranças ou familiares próximos. Relatou que situações de violência nas comunidades, como feminicídios e suicídios de mulheres após agressões, são comuns e muitas vezes não são registradas oficialmente. Existe uma falta de dados específicos sobre a violência contra mulheres indígenas, o que dificulta a atuação de organizações que poderiam ajudar. A falta de informações sobre os planos de trabalho e ações específicas para a população indígena também foi mencionada como um grande desafio para quem tenta ajudar essas mulheres. **Ana Clara Auto** (SPM): relatou que os dados sobre mulheres indígenas são limitados e, em sua maioria, vêm de registros em DEAM's. Ela mencionou que, embora seja possível obter dados a partir de relatos das mulheres, o Cram de Cabrália pode solicitar essas informações à Secretaria, o que facilita o acompanhamento. No entanto, ainda falta um acompanhamento mais eficaz e dados consolidados sobre o número de mulheres atendidas. Destacou que, muitas vezes, as mulheres não denunciam os abusos por vergonha e medo, especialmente quando as ameaças se estendem aos filhos ou à família. Explicou que, dentro das comunidades indígenas, o medo é amplificado pela disputa pela terra, já que as lideranças locais têm grande influência. Ela comparou a situação das mulheres indígenas à de mulheres em Salvador, onde a violência contra a mulher não é uma questão de classe social. No entanto, as mulheres negras e em situação de vulnerabilidade são as mais afetadas, sendo também as mais revitimizadas, tanto pela rede de atendimento quanto pelos serviços de apoio. Ainda mencionou que, no caso das mulheres indígenas, a situação é mais complexa, pois elas não têm para onde retornar, como em cidades, já que vivem em aldeias onde suas casas ficam próximas às de outras pessoas. Compartilhando a experiência de Barra Velha, onde, as mulheres estavam

Spataca *Barreto* *Auto* *16* *Pataxó* *Auto* *Auto* *Auto* *Auto* *Auto*

buscando necessariamente polícia ou pronto socorro, essas eram as demandas mais urgentes devido ao nível de agressão, principalmente psicológica e moral. Ela refletiu sobre como é difícil para essas mulheres seguir em frente quando, muitas vezes, os agressores, que são lideranças, continuam sendo admirados pela comunidade. Também falou sobre o impacto do alcoolismo nas agressões, destacando que, embora muitas mulheres tentem justificar o comportamento de seus companheiros por acreditarem que eles podem melhorar, a violência nunca é aceitável. A dependência emocional e afetiva das mulheres em relação ao casamento e à figura masculina precisa ser abordada com mais urgência. Enfatizou que nunca é culpa das mulheres e que, em situações como a de uma indígena em um acampamento, a colaboração em rede é fundamental para ajudar, pois sem essa união de esforços, seria impossível lidar com tantas dificuldades. A vice **Samêhy Pataxó** (AMIESB): perguntou as conselheiras se mais alguém queira comentar ou perguntar alguma coisa. Então continuou a reunião, pedindo para Neurací ler um convite que chegou ao Conselho para uma entrevista com a Professora Maíse Zucco do NEIM da UFBA, o assunto é uma pesquisa sobre os organismos de políticas para as mulheres, sendo com duas ou três representantes da sociedade civil e perguntou quem gostaria e teria disponibilidade. As Conselheiras Jéssica Lima, Maria Otília e Maria Nilza juntamente com a Vice Samêhy participarão. Em continuidade a próxima pauta, **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM): Menciona sobre a Cartilha de orientação para criação de Conselhos, e que o desejo da gestão é fazer uma nova cartilha no sentido de layout e com atualizações e como foi uma cartilha produzida juntamente com o CDDM, se há alguma sugestão do que incluir nessa nova versão da cartilha, além da sugestão pensada de inserir um conteúdo voltado para criação de organismos de políticas para as mulheres como secretarias e afins. **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): sugeriu que é importante ter uma parte na cartilha que fale sobre a nova Lei do Feminicídio atualizada e a Lei Maria da Penha para que também se torne um documento norteador dos direitos das mulheres. **Taiane Oliveira Lima** (UJS): sugeriu a inserção de Códigos QR nas páginas da Cartilha que possam direcionar as mulheres para links bastante úteis, como mesmo a Lei completa que Jéssica citou. **Aldenira da Conceição Soares de Sena** (SPM): indagou se o CDDM está de acordo com essas mudanças e aprova elas, e com unanimidade na decisão isso foi reafirmado. **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): quis acrescentar sobre a última reunião do ano do Conselho em dezembro dando a sugestão ou indicação que Aldinha possa estar presente, e que talvez se possível fazer um Coffe-break maior e convidar algumas entidades da Sociedade Civil que são parceiras para que possam participar da formação, que possam adquirir conhecimento para levar adiante e quem sabe, atuar em outros Conselhos. **Sueli Guedes Félix dos Santos** (Ação Tupinambá): relatou as dificuldades de manter a comunicação entre as comunidades indígenas do Extremo Sul e o Conselho, devido à distância e à vida corrida das lideranças locais. Expressou a necessidade urgente de apoio psicológico para as mulheres da sua comunidade, que estão enfrentando depressão e, em casos graves, cometendo suicídios. A situação é delicada e, muitas vezes, as soluções não podem ser encontradas dentro da própria comunidade, devido a questões de liderança e familiares envolvidos. Solicitou mais profissionais de psicologia para atender a essas mulheres, já que os poucos profissionais disponíveis têm uma agenda de atendimento sobrecarregada. Ela também destacou os desafios de acesso às áreas rurais, onde a infraestrutura precária dificulta a chegada dos serviços de saúde e apoio. Por fim, manifestou o desejo de retornar às discussões para poder

(Handwritten signatures and initials)

compartilhar o que está acontecendo em sua comunidade, especialmente em relação às jovens mulheres que estão passando por situações muito difíceis. **Natália de Oliveira Gonçalves** (SETRE): pediu para informar sobre o Centro de Referência *Loretta Valadares* que foi realocado dentro da casa da mulher brasileira temporariamente sem que o movimento social fosse consultado, porque a casa em que funcionava, o proprietário reivindicou o imóvel e por não ter onde alocar foi instalado na CMB e a princípio seria por três meses, só que a Prefeitura Municipal de Salvador publicou no perfil da Secretaria Municipal de Mulheres e Juventude já o novo endereço, ou seja, confirmando que o serviço vai ficar de fato dentro da Casa da Mulher Brasileira. E significa na prática que ele deixa de existir porque o acompanhamento psicossocial na CMB já existe, então o centro de referência dentro da casa, fica diluído e descaracterizado, perde o sentido de existir e o território do centro da cidade que abrange uma série de bairros no entorno e essas mulheres faziam esse acompanhamento sistemático, elas não estão podendo fazer porque precisam ir para a Casa da Mulher Brasileira que é distante, pagando dois transportes, metrô, ônibus então tem sido difícil e há muitas denúncias de abusos e erro de fluxo, havendo até conflito físico, então fez um apelo as Conselheiras que na publicação comentem e façam essa crítica, principalmente quem é da Sociedade Civil, desse desrespeito as mulheres que eram assistidas, que estão agora sendo mal atendidas e não está acontecendo nada porque o prefeito de Salvador não as escuta, então pediu essa ajuda. Em continuidade a Vice **Samêhy Pataxó** (AMIESB): descreveu os pontos de pauta para a próxima reunião do Conselho sendo eles, a apresentação do programa *Elas à Frente* com Luciana Mota, tem também a informação geral sobre elaboração do PPA 2024 a 2027 e a finalização do plano de ação do CDDM. Perguntou as Conselheiras se há algum outro ponto de pauta para acrescentar. Sem mais ocorrências a reunião foi dada como encerrada. Eu, Neurací Alves da Silva, subscrevi a presente ata que segue assinada pelas presentes.

Salvador, 08 de novembro de 2024.

Sociedade Civil

Samêhy Pataxó – (AMIESB): Samêhy Pataxó

Maria Otília Soares (UMVC): Maria Otília Soares

Roseli de Oliveira Barbosa (Associação Tamo Juntas): Roseli de Oliveira Barbosa

Maria Nilza da Conceição Santos (COOPEREDE): Maria Nilza da Conceição Santos

Jéssica Lima Oliveira (UBM): _____

Gildeane dos Santos Mota (AMP): Gildeane dos Santos Mota

Maria Rute Lima Silva (FATRES): Maria Rute Lima Silva

Nancy Alves de Andrade (FEEB): Nancy Alves de Andrade

Maria das Graças Rodrigues da Silva (FABS): Maria das Graças R. Silva

Sueli Guedes Félix dos Santos (Aldeia Tupinambá): _____

Queila Patrícia Silva (UNEGRO): _____

Taiane Oliveira Lima (UJS): _____

Anabel Barbosa de Brito (ASCIM): Anabel Barbosa de Brito

Poder Público

Aldenira Sena (SPM): Aldenira Sena

Luciana Mota (SPM): _____

Valéria Peruna (SPM): _____

Ana Clara Auto (SPM): _____

Renata Luciana Cruz Sena (SSP): Renata Luciana Cruz Sena

Natália Oliveira Gonçalves (SETRE): _____

Milena Passos Almeida Silva (SEPROMI): Milena Passos Almeida Silva


Neuraci Alves Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM